



Prefeitura Municipal de Paranaguá
Secretaria Municipal de Meio Ambiente



Termo de Anuência Prévia

Nº 001/2021
Processo Nº 32.349/2020

DETALHAMENTO DO TAP

- O TAP se refere ao exame técnico procedido pelo órgão ambiental do Município em que se localiza a atividade ou empreendimento, bem como parecer do órgão competente do Município envolvido no procedimento de licenciamento ambiental (previstos no parágrafo primeiro do artigo 4º e parágrafo único do artigo 5º da Resolução CONAMA 237 de 1997), e tem como finalidade precípua a elucidação sobre a possibilidade ou não de instalação de empreendimento ou atividade em zoneamentos específicos do Município, levando em consideração o cumprimento da legislação integrante e complementar do plano diretor municipal e a legislação do meio ambiente.
- O TAP é um documento obrigatório, e tem como objetivo a verificação da viabilidade locacional do empreendimento e da atividade requerida, além de considerar a regularidade do empreendimento frente à legislação ambiental do município, via procedimento administrativo próprio.
- O TAP integra a documentação necessária para obtenção do licenciamento ambiental perante o órgão ambiental estadual e federal, respeitando-se o Plano Diretor Municipal.
- Base Legal: CF – Arts. 30 e 225. LC Federal 140/2011, Lei Federal 6938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) Resolução CONAMA 237/97; LC 60/2007 (E demais leis integrantes do Plano Diretor); LC 095/2008 (Cód. Municipal do Meio Ambiente); Lei Municipal 2260/2002 (Política Municipal do Meio Ambiente); Decreto Municipal 1787/2007; Lei Municipal 3021/2009 (Gestão dos Resíduos Sólidos); Resolução CO.M.M.A. nº 004/2018.
- O presente termo não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.

DADOS DO REQUERENTE

Razão Social – Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física:
ADUBOS ARAGUAIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Nome de Fantasia
ADUBOS ARAGUAIA

CNPJ – P. Jurídica/ CPF – P. Física:
03.306.578/0015-64 (FILIAL)

Inscrição Estadual – P. Jurídica / RG – P. Física:
90756319-76

Ramo de atividade:
CNAE - 20.13-4-02 – Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais.

LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Endereço:
Avenida Bento Rocha, nº 1.978, Lote 02-B

Zoneamento municipal:
ZDE - Zona de Desenvolvimento Econômico

I.I.:
09.4.14.010.0839

Bairro:
Dom Pedro II

CEP:
83.221-565

Cidade:
Paranaguá

Estado:
Paraná

Corpo hídrico do entorno:
Rio Emboguaçu e Emboguaçu Mirim/Baía de Paranaguá

Bacia hidrográfica:
Litorânea

Objetivo:
Fabricação de adubos e fertilizantes.

TEOR DO TERMO DE ANUÊNCIA PRÉVIA

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA informa que não se opõe quanto à operação do empreendimento **Adubos Araguaia Indústria e Comércio Ltda.**, conforme descrito no conteúdo do procedimento administrativo nº **32.349/2020**, desde que todas as precauções e dispositivos de proteção sejam adotados, para que se evitem danos ao meio ambiente, bem como seja cumprida a legislação vigente.

Segue abaixo as condicionantes que esta SEMMA, a fim de contribuir com a análise técnica do órgão licenciador dentro do procedimento de licenciamento ambiental, sugere que sejam minimamente observados pelo órgão licenciador e, exige que sejam cumpridas em sua integralidade:

- Deverá ser contemplado sistema que impeçam o encaminhamento de contaminantes à rede de drenagem ou corpo hídrico, com a capacidade de permanecer na área da empresa, para correto armazenamento temporário e destinação final;
- Subproduto, quando houver, deve ser armazenado em local apropriado, isolado da possibilidade de água de chuva carrear material à rede de drenagem;
- Promover a correta gestão de resíduos sólidos em todas as áreas, seja operacional ou administrativa;
- É de responsabilidade do Empreendedor e seus colaboradores, a gestão de resíduos sólidos, líquidos e emissões atmosféricas.
- Os níveis de pressão sonora decorrentes das atividades desenvolvidas no local devem estar em conformidade com aqueles preconizados pelas legislações pertinentes;
- Devem-se manter equipamentos de segurança no local, para conter e recolher derramamentos ou vazamentos de materiais;
- Não deve ser realizada manutenção, pequenos reparos ou situação similar de veículos e máquinas pesadas na área, devendo o mesmo ser efetuado em área regular e autorizada para tanto;
- Não deve ser realizada lavagem de veículos e máquinas pesadas na área, devendo o mesmo ser efetuado em área regular e autorizada para tanto;
- A operação deve ser OBRIGATORIAMENTE em ambiente confinado, evitando a movimentação no pátio ou áreas internas da empresa, descobertas;
- A análise não contemplou aspectos de segurança das instalações ou de seus colaboradores, estando restrita aos aspectos ambientais;
- Deve ser atentado às vagas de caminhões, dentro da área da empresa, não sendo permitida a permanência dos mesmos na área externa;
- Implantar sistema de despoeiramento de caminhões, bem como efetuar a limpeza antes do acesso às vias públicas, preferencialmente dentro dos barracões e/ou armazéns;
- Qualquer alteração ou outra atividade a ser exercida (que não tenha sido indicada no MDA), deve ser solicitada autorização ou manifestação desta municipalidade;
- Implantar tratamento paisagístico do recuo obrigatório, conforme exigido no artigo 136 da Lei Complementar nº 095/2008;
- Foram indicadas, em planta, 83 (oitenta e três) vagas de estacionamento para veículos pesados, 28 (vinte e oito) vagas de estacionamento para veículos leves e 48 (quarenta e oito) vagas de estacionamento para motos. Nesse sentido, as mesmas deverão ser arborizadas na proporção de 1 (uma) árvore para cada 4 (quatro) vagas, conforme exigido no artigo 367 da Lei Complementar nº 067/2007, sendo necessário, portanto, o plantio de, ao menos, 40 (quarenta) árvores nativas em área interna com altura mínima de 1,80 m;
- As novas unidades industriais a serem edificadas serão isoladas visualmente da vizinhança através de cinturão verde constituído por árvores e arbustos de no mínimo 1,5 m (um metro e meio) de altura (artigo 107 da Lei Complementar nº 067/2007). Nesse sentido, foi indicada, em planta, a localização de arborização apenas nas laterais e no fundo do imóvel. Deverá também implantar o cinturão na porção frontal do imóvel. Também foi indicada a utilização da espécie *Podocarpus macrophyllus*, com distância entre plantas de 1,5 m. No entanto, deve-se realizar o plantio adensado, aproximadamente 0,5 m entre planta, com vistas à obtenção de um real cortinamento vegetal. Recomenda-se por fim, devido às características "arbustivas" da espécie escolhida, que seja feito o plantio de mudas de árvores nativas de médio/grande porte, intercalando a cada 5,0 m de distância. Recomenda-se o uso das seguintes espécies: Pata-de-vaca (*Bauhinia forficata*), Sibipiruna (*Caesalpinia pluviosa*), Pau-Brasil (*Paubrasilia echinata*) e/ou Pau-ferro (*Libidibia ferrea*);
- Foram indicadas vagas de estacionamento (veículos leves e motos) fora da área da matrícula do empreendimento, ou seja, sobre o passeio. Entende-se que todo o estacionamento deve ficar somente sobre a área própria do empreendimento, e não sobre área pública. Desta forma, havendo redução do número de vagas de estacionamento, reduz-se proporcionalmente a exigência do item II;
- Em caso de necessidade de movimentação de terra (terraplanagem) acima de 100 m³, a mesma deverá ser solicitada ao órgão ambiental estadual (IAT - Instituto Água e Terra).

Ademais, recomenda-se, como condicionantes a serem observadas na etapa do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV:

- Recomposição dos passeios públicos existentes lindeiros ao empreendimento conforme NBR 9050, executando faixa de serviço ajardinada, com largura mínima de 1,0 metro, de forma que possa receber arborização urbana, desde que a faixa de circulação de pedestres atenda a largura mínima de 1,2 metros, com manutenção permanente às expensas do empreendedor;
- Efetuar o plantio de mudas de árvores, após prévia aprovação do projeto pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, nos passeios públicos lindeiros ao empreendimento, de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Arborização Urbana;
- Apresentar inventário de Gases do Efeito Estufa (GEE), com o intuito principal de quantificar o impacto do dióxido de carbono (CO₂) emitido pelo tráfego de veículos pesados utilizados na operação do empreendimento. Neste inventário deverá constar a quantidade de gases emitidos e a quantidade de árvores a serem plantadas, visando à mitigação deste impacto;
- Efetuar o plantio de mudas de árvores, de acordo com os resultados do inventário do GEE, em locais a serem definidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, considerando o Plano Municipal de Arborização Urbana, ou em demais locais a serem definidos pela SEMMA;
- Efetuar a instalação de painéis solares fotovoltaicos sobre toda a área construída do empreendimento (administrativo e armazém), com vistas a diminuir o impacto relacionado à emissão de gases do efeito estufa que será gerado com a operação do empreendimento.

Demais Observações:

- É imprescindível a obtenção do licenciamento ambiental junto ao órgão responsável, seja no âmbito estadual ou federal, para o correto funcionamento da empresa.
- Este documento foi expedido com base na veracidade das informações apresentadas no processo 9451/2020, ficando o responsável, em caso de comprovação da prestação de informações falsas ou omissão de informações relevantes à análise do processo, sujeito às penas previstas nas legislações federais, estaduais e municipais.
- O presente Termo de Anuência Prévia pode ser cancelado a qualquer momento, em caso de inadequação frente à legislação ambiental.

LOCALIZAÇÃO



Paranaguá, 22 de janeiro de 2021

VINÍCIUS YUGI HIGASHI
Secretário Municipal de Meio Ambiente

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito do Município de Paranaguá